

Em atendimento à
Lei Geral de Proteção
de Dados Pessoais -
13.709/2018, foram
tarjados os dados
pessoais constantes
neste contrato.

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS

PRIMEIRO ADITIVO

DGCO nº 00045/2020

OC nº 183836

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A., com sede na cidade de Brasília/DF, SEPN 508 Conjunto "C" Lote 07 – Cep: 70.740-543, inscrita no CNPJ sob o nº42.318.949/0013-18 e filial à Estrada dos Bandeirantes nº 7966, Jacarepaguá/RJ – Cep: 22.783-110, inscrita no CNPJ sob o nº42.318.949/0001-84, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) ao final qualificado(s) e assinado(s), doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a **ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP**, estabelecida na RUA CEL MAURICIO GONÇALVES MOREIRA, 592, SALA 1, CENTRO, CAFELÂNDIA - SP, CEP: 16.500-000, inscrita no CNPJ nº 15.786.607/000116, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) ao final qualificado(s) e assinado(s), têm entre si justo e acordado celebrar o presente termo aditivo ao contrato de fornecimento de bens, sob as seguintes cláusulas e condições:

O presente aditivo teve sua **MINUTA-PADRÃO** analisada e aprovada pelo Parecer GEJUR nº 2021/464 de 20 de fevereiro de 2021.

OBJETO

1. Constitui objeto deste aditivo:
 - a) Prorrogação do prazo de vigência por mais um período de 12 meses;
 - b) Supressão de 25% (vinte e cinco por cento), com subsequente redução pecuniário estabelecido no contrato primitivo do código NCOB – 001036;
 - c) Ratificação do preço por mais um período de 12 (doze) do código NCOB – 011046;
 - d) Reequilíbrio econômico-financeiro;
 - e) Cláusula preço;
 - f) Inclusão da cláusula - lei geral de proteção de dados pessoais – LGPD;
 - g) Ratificação das demais cláusulas contratuais.

VIGÊNCIA

2. As partes, desde já e de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato, ora aditado, por mais um período de até 12 meses (doze) meses, a contar de 14/04/2021.

CONTRATO PRIMITIVO:	de 15/04/2020 a 14/04/2021
PRIMEIRA PRORROGAÇÃO:	de 15/04/2021 a 14/04/2022

P

WAZS

SUPRESSÃO

3. As partes acordam para o presente aditivo a supressão de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o código NCOB – 001036 que representa uma redução na quantidade do item contratado em 2.500 e conseqüentemente uma dedução no valor contratado de R\$14.150,00 (quatorze mil, cento e cinquenta reais), a partir do dia 15/04/2021.

RATIFICAÇÃO DE PREÇO

4. Em decorrência da prorrogação do prazo de vigência do contrato, as partes ratificam o preço unitário do item NCOB – 011046 em R\$13,40 (treze reais e quarente centavos), para o período contratual ora aditado.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5. Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual, as partes resolvem ajustar o preço do código NCOB – 001036 em, aproximadamente, 70,32% (setenta inteiros e trinta e dois centésimos por cento), para o período contratual ora aditado.

CLÁUSULA PREÇO

6. O contrato será incrementado em R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais), perfazendo um valor total de R\$ 85.700,00 (oitenta e cinco mil, setecentos reais).

MATERIAS PARA EMBALAGENS						
LOTE	CÓDIGO BBTs	PART NUMBER	DESCRIÇÃO	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NCOB - 001036	UNIPOLI 460X370XMM DENSIDADE 30KG/M3	T-20 CALÇO ESPUMA 460 X 370 X 30MM DENSIDADE 30KG/M3	7500	R\$ 9,64	R\$ 72.300,00
2	NCOB-011046	MASTERCOP K115	T-20 FITA RIBBON MISTO (CERA/RESINA) PRETA COM 110 MM X 74 M TUBETE 1/2 POL PARA IMPRESSORA TERMICA DE ETIQUETA ZEBRA/ARGOX	1.000	R\$ 13,40	R\$ 13.400,00

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

7. A **CONTRATADA** declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e, quando for o caso, o Regulamento 679/2016 da União Europeia (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”), conhecida pela sigla GDPR, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços deste contrato, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.

- 7.1. Os termos utilizados neste contrato apresentam os mesmos significados do art. 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- 7.2. Se quaisquer alterações nas Leis de Proteção de Dados, regulamentos ou recomendações da Autoridade Nacional resultarem no descumprimento das Leis de Proteção de Dados, em relação ao processamento de Dados Pessoais realizadas sob este contrato, as partes deverão empenhar seus melhores esforços, de forma imediata, para remediar tal descumprimento, sob pena de inexecução total ou parcial do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

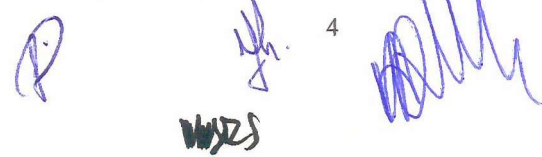
8. As partes reconhecem que, como parte da execução do contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador. No sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **CONTRATANTE** será considerada "Controladora de Dados", e a **CONTRATADA** "Operadora" ou "Processadora de Dados".
9. As partes concordam que o tratamento de Dados Pessoais resultante do presente contrato será realizado estritamente para os fins de a aquisição, pela **CONTRATANTE**, de Materiais para Embalagens, de acordo com as condições e especificações mínimas constantes do Documento nº 1 do contrato primitivo e conforme proposta comercial do dia 06/03/2020.
10. As partes garantem que adotam políticas de boas práticas e governança, que contém e asseguram, obrigatoriamente: níveis de segurança tecnológica; procedimentos que assegurem integridade, confidencialidade e disponibilidade no tratamento de dados; regras de organização, funcionamento, procedimento, obrigações para os agentes de tratamento, ações educativas, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos.
11. As partes comprometem-se a:
- 11.1. Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais") vigentes ou que entrarem em vigor na vigência deste contrato, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Marco Civil da Internet, Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo"), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à

PRIMEIRO ADITIVO
DGCO nº 00045/2020
OC nº 183836
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

Informação”) e Decreto no 7.962, de 15 de março de 2013 (“Decreto Comércio Eletrônico”), conforme aplicável (“Legislações de Proteção de Dados Pessoais”);

- 11.2. Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais;
- 11.3. Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 11.4. Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;
- 11.5. Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Privacidade e Proteção de Dados e Política de Segurança da Informação da BB Tecnologia e Serviços, conforme disposto em seu sítio eletrônico <https://bbts.com.br/index.php/politicas>, a qual poderá ser atualizada a qualquer tempo visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;
- 11.6. Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;
- 11.7. Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;
- 11.8. Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoas como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- 11.9. Respeitar as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas por elas no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Decreto n. 8.771 de 2016 (“Regulamento do Marco Civil da Internet”), bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou

4

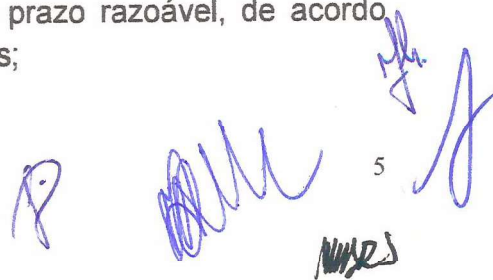


entrarem em vigor no curso da vigência deste contrato, em especial com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- 11.10. Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;
- 11.11. Assinar quaisquer documentos que possam ser exigidos ocasionalmente pela outra parte para implementar ou cumprir as obrigações de proteção de dados.
12. As partes, desde já pactuam que o descumprimento por uma delas, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **CONTRATANTE** ou das provisões contidas neste contrato gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s), suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de e contra todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações previstas neste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

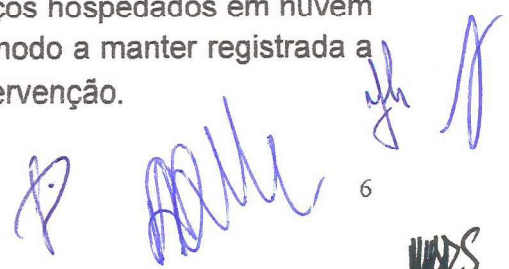

13. A **CONTRATANTE** se compromete a:
- 13.1. Garantir que os Dados Pessoais serão tratados e transferidos nos termos das Leis de Proteção de Dados Pessoais;
- 13.2. Garantir que sejam tomadas todas as medidas de segurança para Tratamento dos Dados Pessoais;
- 13.3. Empenhar esforços razoáveis para assegurar que a **CONTRATADA** possa cumprir com as obrigações contratuais resultantes das presentes cláusulas; e
- 13.4. Responder às consultas de Titulares, da Autoridade Nacional e/ou autoridades competentes em relação ao Tratamento de Dados Pessoais. As respostas serão dadas num prazo razoável, de acordo com as Leis de Proteção de Dados Pessoais;



- 13.5. Divulgar orientações de boas práticas e de governança para serem cumpridas pela **CONTRATADA** no âmbito da execução deste contrato;
- 13.6. Notificar a **CONTRATADA** sempre que houver atualizações na Política de Privacidade e Proteção de Dados e Política de Segurança da Informação da **CONTRATANTE**;
- 13.7. Notificar a **CONTRATADA** sempre que houver dados a serem tratados de pessoas localizadas da União Europeia, de modo a viabilizar o cumprimento da GDPR, conforme o descrito na **CLÁUSULA 52**.






DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14. A **CONTRATADA** tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude deste contrato apenas nas seguintes condições:
 - 14.1. Em nome da **CONTRATANTE** e para atender as finalidades deste contrato;
 - 14.2. Para a execução do contrato e somente na medida do necessário para fazê-lo;
 - 14.3. De acordo com as instruções periódicas, razoáveis e documentadas da **CONTRATANTE**;
 - 14.4. Em conformidade com todas as leis de proteção de dados aplicáveis, incluindo legislação extraterritorial ao qual a **CONTRATANTE** esteja sujeita.
 - 14.4.1. A **CONTRATADA** deverá assegurar que qualquer pessoa física ou jurídica, agindo sob sua autorização e que possua acesso aos dados pessoais, esteja vinculada por obrigações contratuais que disponham de proteções equivalentes às previstas nesta cláusula em relação aos dados pessoais que tiver acesso.
 - 14.4.2. Nos casos onde o tratamento de dados pessoais forem realizados através de sistemas de informação ou computação em nuvem, a **CONTRATADA** se compromete em tornar transparente à **CONTRATANTE** cada intervenção ou manutenção, proveniente de suporte técnico, que exija acesso direto aos dados ou acesso aos ambientes restritos das soluções ou serviços hospedados em nuvem (em âmbito nacional e internacional), de modo a manter registrada a motivação e os responsáveis por cada intervenção.


6







PRIMEIRO ADITIVO
DGCO nº 00045/2020
OC nº 183836
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

- 14.4.3. Em caso de dúvidas sobre o tratamento dos dados, a **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** e aguardar as instruções.
15. São partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição ou futuras atualizações:
- 15.1. A Política de Privacidade e Proteção de Dados da **CONTRATANTE**, disponível no sítio eletrônico <https://bbts.com.br/index.php/politicas>;
- 15.2. A Política de Segurança da Informação, disponível no sítio eletrônico <https://bbts.com.br/index.php/politicas>;
- 15.3. O Inventário de Tratamentos de Dados Pessoais, mantido entre as partes, para relacionar todas as operações realizadas em virtude deste contrato, contendo: hipóteses legais, finalidades específicas, tipos de dados, tipos de tratamentos, duração dos tratamentos, informações acerca de compartilhamento de dados pessoais com entidades públicas e privadas, possíveis transferências internacionais de dados, responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento, a origem dos dados e a forma com os dados são tratados.
- 15.3.1. A **CONTRATADA** declara que seguirá as orientações da Política de Privacidade e Proteção de Dados da **CONTRATANTE**, inclusive as suas atualizações, as quais serão informadas por meio de mensagem eletrônica, sobre as novas versões.
16. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à **CONTRATADA** se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas neste contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.
- 16.1. Para o cumprimento desta cláusula, a **CONTRATADA** se compromete a firmar Acordos de Confidencialidade e de não divulgação que reflitam a criticidade dos dados tratados e/ou compartilhados.
17. A **CONTRATADA** declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela **CONTRATANTE** para execução dos serviços:





7


PRIMEIRO ADITIVO
DGCO nº 00045/2020
OC nº 183836
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

- 17.1. Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da **CONTRATANTE** para execução do objeto do contrato;
- 17.2. Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- 17.3. Efetuará o controle de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, o cumprimento das obrigações deste contrato e da legislação reguladora;
- 17.4. Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 17.5. Seguirá os padrões de segurança técnica validados no mercado e referendados pela **CONTRATANTE** por meio deste contrato ou em sua Política de Privacidade e Proteção de Dados e Política de Segurança da Informação.
18. A execução e a manutenção de medidas tecnológicas e físicas adotadas pela **CONTRATADA**, adequadas ao risco decorrente do Tratamento e a natureza dos Dados Pessoais, deverão ser apropriadas e suficientes para proteger os dados pessoais contra, inclusive, mas não se limitando a alteração, divulgação ou acesso não autorizado, notadamente quando o processo envolver a transmissão de dados através de uma rede de tecnologia/informática/internet e contra todas as outras formas de processamento de dados ilícitas.
19. A **CONTRATADA** se compromete a:
- 19.1. Tratar os Dados Pessoais disponibilizados pela **CONTRATANTE** em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do presente contrato e as Leis de Proteção de Dados Pessoais, sendo certo que caso não possa cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a **CONTRATANTE** desse fato, o qual terá o direito de suspender o compartilhamento dos Dados Pessoais e/ou de rescindir o contrato;





8


PRIMEIRO ADITIVO
DGCO nº 00045/2020
OC nº 183836
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

- 19.2. Dispor de procedimentos necessários para que terceiros autorizados a acessar os Dados Pessoais, incluindo os subcontratantes, respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança dos Dados Pessoais. Todas as pessoas sob a autoridade do Operador, incluindo os subcontratantes, devem ser obrigados a tratar os Dados Pessoais apenas sob a orientação da **CONTRATADA**;
- 19.3. Indicar à **CONTRATANTE** um setor profissional capacitado a responder às consultas relativas ao Tratamento de Dados Pessoais e cooperar de boa-fé com a **CONTRATANTE**, os Titulares e a Autoridade Nacional em todas as eventuais consultas num prazo razoável;
- 19.4. Não divulgar nem transferir Dados Pessoais a terceiros responsáveis pelo Tratamento de Dados Pessoais estabelecidos em países que não possuam regime de proteção de Dados Pessoais compatível com os termos deste contrato e as Leis de Proteção de Dados Pessoais;
- 19.5. No que tange às transferências posteriores de Dados Sensíveis, garantir que os Titulares deem o seu consentimento inequívoco para esse efeito.
- 19.6. Notificar imediatamente a **CONTRATANTE** e em prazo nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas no que diz respeito a:
- 19.6.1. Qualquer intimação, pedido, requisição de cooperação judicial no que diz respeito a divulgação de Dados Pessoais;
- 19.6.2. Qualquer acesso acidental ou não autorizado;
- 19.6.3. Qualquer solicitação ou reclamação realizada diretamente pelo Titular, Autoridade Nacional de Proteção de dados, Organismos de Defesa ao Consumidor ou outros agentes legitimados.
20. A **CONTRATADA** não poderá, sem instruções prévias da **CONTRATANTE**, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.
21. A **CONTRATADA** se compromete a cooperar e a fornecer ao à **CONTRATANTE**, no prazo por ele estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de Dados Pessoais que estiverem sob sua custódia e que sejam necessárias para responder às solicitações ou

reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

22. A **CONTRATADA** se certificará que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com a finalidade do contrato, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pela **CONTRATANTE**.

23. A **CONTRATADA** se responsabiliza, irrestritamente, pela inviolabilidade ou **má utilização das informações e dados recebidos da CONTRATANTE** para execução do objeto deste contrato e por quaisquer invasões, física ou lógica, realizadas por terceiros.

23.1. Entende-se por má-utilização o uso dos dados compartilhados em desacordo com o previsto neste contrato com finalidade diversa da permitida pela **CONTRATANTE** e em desconformidade com a necessidade para a prestação dos serviços previsto no objeto.

24. A **CONTRATADA**, sempre que for solicitado pela **CONTRATANTE**, deverá fornecer por escrito documentação e relatório sobre as medidas de segurança e proteção dos dados implementados para o tratamento dos dados relacionados à execução deste contrato.

25. Se a **CONTRATADA** processar Dados Pessoais relativos a pessoas localizadas na UE ou em empresas com sede na UE, durante a vigência deste contrato, cumprirá com as regras da GDPR.

26. O descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato. O descumprimento acarretará no ressarcimento, por parte da **CONTRATADA** dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, além da possibilidade da aplicação de multa equivalente a 5 (cinco) vezes o valor do último faturamento decorrente deste contrato, sem prejuízo de perdas e danos e outras penalidades previstas, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações contidas nesta Cláusula.

26.1. A **CONTRATADA** indenizará a **CONTRATANTE** por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência de uso indevido dos dados pessoais por parte da **CONTRATADA**.

27. Todos os dados e informações enviados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, bem como, o produto do tratamento e enriquecimento destes dados e informações que será encaminhado pela **CONTRATADA** à

CONTRATANTE, deverão ser excluídos, pela **CONTRATADA**, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do produto final pela **CONTRATANTE**, sendo comprovado o ato por meio de documentos apresentados 5 (cinco) dias úteis.

SUBCONTRATAÇÃO E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

28. Os serviços descritos neste contrato não configuram, em hipótese alguma, o fornecimento de informações e dados pessoais de responsabilidade da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** com fim comercial, sendo certo que a **CONTRATADA** está expressamente proibida de compartilhar dados e informações com quaisquer terceiros que não sejam os prepostos e subcontratados destacados para executar as atividades deste contrato, se autorizada, neste contrato, a subcontratação.
- 28.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir Dados Pessoais para fora do Brasil, da União Europeia (UE) ou do Espaço Econômico Europeu (EEE) ou subcontratar o tratamento de Dados Pessoais sem a devida aprovação, por escrito, da **CONTRATANTE**. (nuvem)
- 28.2. A **CONTRATADA** deverá assegurar que qualquer pessoa física ou jurídica, agindo sob sua autorização e que possua acesso aos dados pessoais, esteja vinculada por obrigações contratuais que disponham de proteções equivalentes às previstas nesta cláusula em relação aos dados pessoais que tiver acesso.
- 28.3. Nos casos em que a subcontratada deixar de cumprir com a obrigação de proteger os dados, a **CONTRATADA** será a exclusiva responsável pelo cumprimento das obrigações perante a **CONTRATANTE**.
- 28.4. A substituição da subcontratada deve ser precedida de nova autorização da **CONTRATANTE**, e estará condicionada a assunção de todas as obrigações concernentes à proteção de dados previstas neste contrato.
- 28.5. Se a subcontratada estiver localizada fora do Brasil e/ou da UE/EEE, a **CONTRATADA** assegurará que as devidas Cláusulas Contratuais- Padrão façam parte do contrato celebrado com a subcontratada ou assegurará que essa transferência seja, de outra forma, permitida pelas leis de proteção de dados.
- 28.6. A **CONTRATADA** deverá ajustar a possibilidade de, quando entender necessário, auditar e fiscalizar o estabelecimento e os mecanismos de tratamento de dados do subcontratado, com previsão da possibilidade

de a **CONTRATANTE** ter acesso aos relatórios elaborados por auditoria especializada contratada às expensas da **CONTRATADA**.

SEGURANÇA

29. A **CONTRATADA** implementará as medidas apropriadas para proteger os Dados Pessoais em conformidade com as técnicas adequadas às finalidades do tratamento e ao contexto de risco. As medidas de segurança da **CONTRATADA** atenderão as exigências das leis de proteção de dados e da Política de Privacidade e Proteção de Dados e Política de Segurança da Informação da **CONTRATANTE**.

29.1. A **CONTRATADA** deverá utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia em versões comprovadamente seguras e atualizadas, inclusive os mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos. Os dados armazenados em rede corporativa deverão ser segmentados em domínios lógicos.

29.2. A **CONTRATADA** é a única responsável pelo correto e seguro armazenamento de dados em seu sistema eletrônico e única responsável por eventuais danos diretos e indiretos causados à **CONTRATANTE** ou terceiros, especialmente titulares de dados pessoais vazados, alterados, indevidamente comunicados ou que de qualquer forma tenha sofrido tratamento inadequado ou ilícito.

VIOLAÇÃO DOS DADOS

30. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE**, por escrito, sobre a violação dos Dados Pessoais, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento em que tomou ciência da violação. As informações incluirão:

30.1. Descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo as categorias e o número aproximado de titulares de dados lesado, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados comprometidos;

30.2. Descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos Dados Pessoais; e

30.3. Descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais, com a indicação de cronograma, para corrigir ou mitigar os possíveis efeitos adversos.

31. A **CONTRATADA** arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à **CONTRATANTE** e seus prepostos por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas neste contrato e das orientações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da aplicação das penalidades deste contrato.

FISCALIZAÇÕES

32. A **CONTRATADA** obriga-se a permitir à **CONTRATANTE**, quando esta entender necessário e for razoável, o integral e irrestrito acesso ao seu estabelecimento, aos seus sistemas eletrônicos, às informações, dados e documentos sob sua posse e que estejam relacionadas à execução deste contrato, permitindo, inclusive, a realização de auditoria em suas dependências, pela **CONTRATANTE**, por meio de seus prepostos ou terceiros por este indicado, sem que haja necessidade de agendamento prévio, e/ou possibilitar o acesso da **CONTRATANTE** aos relatórios elaborados pela **CONTRATADA** ou pela auditoria especializada realizada a pedido desta.

TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS

33. O tratamento dos dados terminará com a rescisão ou fim da vigência deste contrato ou mediante solicitação escrita da **CONTRATANTE**, o que ocorrer primeiro. A **CONTRATADA** se obriga a devolver, de seus sistemas eletrônicos, todas as informações a que teve acesso em decorrência dos serviços objeto deste contrato, e a devolver qualquer documento que contenha referidos dados no seu conteúdo, no prazo de 10 (dez) dias úteis após os termos de encerramento citados nesta cláusula. Os dados serão excluídos dos sistemas eletrônicos, não sendo permitido que a **CONTRATADA** promova qualquer tipo de cópia dos arquivos.

33.1. A **CONTRATADA** garantirá que seus Subcontratados cessem, imediatamente, todo e qualquer uso dos Dados Pessoais a partir da ocorrência dos termos de encerramento mencionados no caput, cabendo adotar as medidas solicitadas, a exemplo de destruição, devolução ou anonimização permanente, utilizando, em cada caso, as medidas de segurança deste contrato.

33.2. O armazenamento dos dados após a ocorrência dos termos de encerramento somente será permitido quando for necessário ao

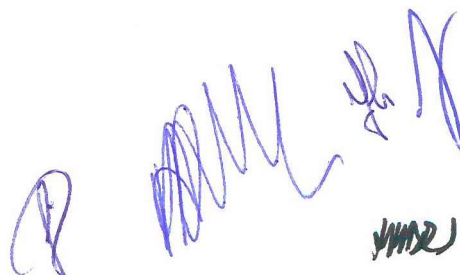
cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

DA RESPONSABILIDADE E DIREITOS DE TERCEIROS

34. As partes concordam que qualquer Titular que tenha sofrido danos resultantes de qualquer descumprimento das obrigações referidas no presente instrumento e nas Legislações de Proteção de Dados Pessoais, por qualquer parte ou subcontratante ulterior, têm o direito de obter reparação do Controlador e Operador pelos danos sofridos, sendo esta responsabilidade solidária.
- 34.1. Cada parte é responsável perante a outra parte pelos danos causados pela violação das presentes cláusulas. A responsabilidade entre partes limita-se aos danos efetivamente sofridos. Cada uma das partes é responsável perante os Titulares pela violação de direitos de terceiros, nos termos das presentes cláusulas.
- 34.2. O Operador não pode invocar o descumprimento das disposições contratuais e Legislações de Proteção de Dados por subcontratante ulterior das suas obrigações para eximir-se de suas responsabilidades.

RATIFICAÇÃO

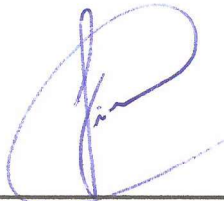
35. As partes ratificam todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no primitivo contrato de fornecimento de bens – DGCO nº 00045/2020 – celebrado pelas partes em 15 de abril de 2020, desde que não tenham sido expressamente alteradas por este aditivo.

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one with a date stamp '11/12/20'.

PRIMEIRO ADITIVO
DGCO nº 00045/2020
OC nº 183836
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

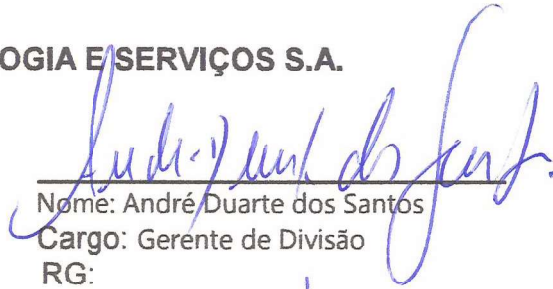
E assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para uma só finalidade, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 05 de abril de 2021.




Nome: Isaac Nicholas Siqueira Viana
Cargo: Gerente Executivo
RG:
CPF: [REDACTED]

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.



Nome: André Duarte dos Santos
Cargo: Gerente de Divisão
RG:
CPF: [REDACTED]

ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP

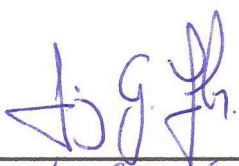


Nome: Anderson Roberto Neto
Cargo: Sócio Administrador
RG: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]

Testemunhas:



Nome: Marcelo Farias Dorew
RG: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]



Nome: Luiz Gustavo Furlan
RG: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]

**ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP**

Rua Cel Mauricio Gonçalves Moreira, 592 - Sala 1 - Centro

16.500-000 - CAFELANDIA (SP) - Fone [REDACTED]

CNPJ 15.786.607/0001-16 - IE 237.021.796.111

Cafelandia(sp), 11 de dezembro de 2020

À
BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

Prezados Senhores,

Referência: PROPOSTA COMERCIAL – REEQUILIBRIO ECONOMICO - LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 105-2019-12-26

A empresa ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 15.786.607/0001-16, com sede à Rua Cel. Mauricio Gonçalves Moreira, 592 – Sala 1 – Centro – CEP 16.500-000 – Cafelandia (SP), neste ato representado por seu socio administrador ANTONIO ROCHA NETO, portador do CPF [REDACTED] vem apresentar **NOVA PROPOSTA COMERCIAL visando REEQUILIBRIO ECONOMICO do contrato de fornecimento do CALÇO DE ESPUMA objeto da LICITAÇÃO ELETRONICA supra para R\$ 9,64 (Nove reais e sessenta e quatro centavos) a unidade**, baseado nas alegações abaixo:-

Em Janeiro de 2020, quando da ocorrência do certame licitatório tínhamos o cenário abaixo na composição dos preços do item T-20 CALÇO ESPUMA 460 X 370 X 30 MM DENSIDADE 30KG/M3, com custo unitário de R\$ 3,933.

Composição de Preços na Licitação			1.000
Preço de Venda		5,660	5.660,00
Custo do Produto	69,488%	3,933	3.933,00
Custo Imposto	12,411%	0,702	702,00
Custo Logístico	10,192%	0,577	577,00
Lucro Estimado	7,915%	0,448	448,00

Ocorre que a partir da pandemia e com a alta do dólar, os preços subiram absurdamente, bem como começou a ter escassez de matéria prima, considerando que a base para produção da espuma é importada e o preço passou a ser o preço do dia da produção.

Assim, quando ocorreu a nossa última entrega em Agosto de 2020 o custo do produto subiu para R\$ 4,64 a unidade (conforme nota fiscal 37467 da empresa Tiete Espumas, apresentada em anexo) e teríamos um prejuízo de R\$ 259,00 caso tivéssemos entregue 1000 calços, entretanto, como fizemos duas entregas juntas, ou seja, 2000 calços ainda tivemos um pequeno lucro de R\$ 59,00.

Composição de Preços entrega Ago/20			1.000	2.000
Preço de Venda		5,660	5.660,00	11.320,00
Custo do Produto	81,979%	4,640	4.640,00	9.280,00
Custo Imposto	12,411%	0,702	702,00	1.404,00
Custo Logístico	10,192%	0,577	577,00	577,00
Lucro Estimado	-4,576%	- 0,259	- 259,00	59,00

Porém os preços continuaram a subir e em Novembro de 2020, quando teríamos mais uma entrega de 1000 calços, o valor unitário passou para R\$ 7,44, conforme pedido 20411 de 4/12/2020 (data prevista para produção).

**ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP**

Rua Cel Mauricio Gonçalves Moreira, 592 - Sala 1 - Centro

16.500-000 - CAFELANDIA (SP) - Fone [REDACTED]

CNPJ 15.786.607/0001-16 - IE 237.021.796.111

Caso tivéssemos entregue nosso prejuízo seria de R\$ 3.059,00 por entrega conforme abaixo

Composição de Preços em Nov/20			1.000
Preço de Venda		5,660	5.660,00
Custo do Produto	131,449%	7,440	7.440,00
Custo Imposto	12,411%	0,702	702,00
Custo Logístico	10,192%	0,577	577,00
Prejuízo Estimado	-54,046%	- 3,059	- 3.059,00

Caso fossemos efetuar o reequilíbrio econômico considerando a variação percentual do custo do produto em relação a representação percentual do valor de venda 69,49%, conforme demonstração abaixo, teríamos um novo valor de venda de R\$ 10,71.

Equiparação de Preços	Início	Vr com Aumento
Preço de Venda	5,660	10,71
Custo	3,933	7,44
Representação %	69,49%	69,47%

Assim considerando essa situação de força maior, ou seja, solicitamos o reequilíbrio econômico do contrato para permitir nossa sobrevivência, sugerimos um aumento para o valor unitário de R\$ 9,64, pois teríamos aproximadamente o mesmo lucro previsto por entrega da licitação conforme abaixo:-

Composição de Preços Sugerido			1.000
Preço de Venda sugerido		9,640	9.640,00
Custo do Produto	77,178%	7,440	7.440,00
Custo Imposto	12,411%	1,196	1.196,00
Custo Logístico	10,192%	0,983	577,00
Lucro estimado	0,218%	0,021	427,00

Pedimos ainda autorização para que as entregas sejam mensais ou bimestrais em quantidade de 2000 unidade de calços.

Na expectativa da compreensão aos fatos e situações acima descritos, bem como concordância para aumento do preço sugerido para R\$ 9,64, desde já agradecemos a compreensão, e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos, se necessário.

Sem mais,

Antonio Rocha Neto – sócio administrador